



Durante discussão de proposta, Expedito recebe apoio de colegas

Senado aprova PEC sobre servidores de Rondônia

Segue para promulgação a proposta que transfere os servidores do ex-território para a União. Senadores destacam empenho de Expedito pela PEC. **3**

Proposta institui indicadores na área social

Os senadores aprovaram, em dois turnos, proposta definida como passo inicial para a instituição de uma Lei de Responsabilidade Social. **2**

Incentivo para construções ecológicas

Projeto aprovado pelo Plenário prevê incentivo para uso de tecnologias capazes de reduzir o impacto ambiental das construções. **3**

Congresso vai promulgar mais verba para educação

Em dia de muitas votações, Plenário aprova proposta que livra a manutenção e o desenvolvimento do ensino da retenção de 20% das verbas vinculadas

Por unanimidade, o Plenário do Senado aprovou ontem, em dois turnos, proposta de emenda constitucional que visa assegurar mais recursos para a educação. A proposta, que será promulgada em breve pelas Mesas do Senado e da Câmara, reduz gradualmente o percentual de Desvinculação das Receitas da União (DRU) incidente sobre recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino até extinguir totalmente o mecanismo a partir de 2011.

Acompanhada pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, a votação ocorreu depois do desbloqueio da pauta do Senado, com a aprovação de três medidas provisórias. A estimativa do Ministério da Educação é de que, com o fim da desvinculação dos recursos, a área contará com mais R\$ 9 bilhões em 2011.

Na sessão que se prolongou pela noite, os senadores votaram 32 matérias, como o projeto instituindo o Fundo Nacional do Idoso, que vai à sanção presidencial. Seguem também para sanção a proposta que reorganiza a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e a que cria cargos na Superintendência de Seguros Privados (Susep) e transforma funções na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). **3**



Gerardo Magela

Na foto ao alto, Sarney (2º à esq., ao lado de Heráclito, Wellington Salgado e Efraim Morais) preside sessão em que foram votadas 32 matérias, entre elas a extinção da DRU na área de educação, proposta por Ideli Salvatti (foto ao lado)



Moreira Mariz



Durante a reunião da CCI, Arthur Virgílio, Demostenes Torres, Romeu Tuma e Gim Argello

Mudança na lei pode ampliar a oferta de imóveis para locação

Projeto que visa facilitar a colocação, no mercado de locação, de um considerável número de imóveis desocupados, ao dar aos proprietários uma maior segurança jurídica, foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça. Caso não seja apresentado recurso para votação

em Plenário, a matéria, relatada por Ideli Salvatti, irá à sanção. A CCJ também reativou a Subcomissão de Segurança Pública, criada em 2003. Presidido por Tasso Jereissati, o colegiado vai estudar medidas que possam contribuir para redução da criminalidade no país. **4 e 5**

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Caatinga e Cerrado podem ser patrimônio nacional

A sessão plenária tem início às 14h. Na pauta, entre outros itens, a PEC que estabelece os ecossistemas Caatinga e Cerrado como patrimônio nacional.

Congresso Nacional homenageia jurista

Sessão solene do Congresso Nacional, às 11h, comemora os 150 anos do nascimento do jurista Clóvis Beviláqua. Em seguida, o Congresso vota crédito orçamentário suplementar para os ministérios da Previdência e do Desenvolvimento Social.

CI: ampliação do horário de verão

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) analisa, às 8h30, projeto sobre licenciamento ambiental de aproveitamento de potenciais hidráulicos e proposta que estende o horário de verão para todo o Brasil.

CAS examina distribuição de remédio pelo SUS

A Comissão de Assuntos Sociais analisa, às 9h, projeto que permite ao trabalhador com 65 anos ou mais movimentar sua conta vinculada ao FGTS e proposta que determina a distribuição gratuita de remédios de uso contínuo pelo SUS.

Presidente da Casa dirige reunião da Mesa diretora

O presidente do Senado, José Sarney, dirige, às 10h, reunião da Mesa diretora. Às 16h, preside a ordem do dia no Plenário.

Comissão analisa adesão da Venezuela ao Mercosul

Às 10h, a Comissão de Relações Exteriores vota indicação de membro da CRE para a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso. Depois, decide sobre adesão da Venezuela ao Mercosul.

Para Virgílio, Arns deve continuar a presidir a CE

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), manifestou em Plenário sua discordância com a decisão da Secretaria-Geral da Mesa do Senado de declarar vaga a presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), ocupada por Flávio Arns (PSDB-PR) quando ainda pertencia ao PT. Virgílio informou que a liderança do PSDB vai pedir à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que se pronuncie sobre a questão.

Na avaliação de Virgílio, não houve vacância na presidência da CE, uma vez que a indicação de Arns pela liderança do PSDB para integrar a comissão foi feita no mesmo dia em que o líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), informava a saída do senador do partido. Para Flávio



Ao lado de Sarney e João Pedro (D), Virgílio considera que "não houve vacância"

Arns, a interpretação dada pela Secretaria-Geral da Mesa refere-se a membro de comissão que deixa o partido e, assim, perde a vaga na comissão, mas não à presidência do colegiado.

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que Arns não pode ser destituído da presidência, pois foi eleito pelos membros da CE.

Já Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que a presidência de comissões cabe, proporcionalmente, aos partidos. O presidente do Senado, José Sarney, explicou que a decisão da Secretaria-Geral foi pautada pelo Regimento Interno: como Arns desligou-se do PT, também deve ser afastado da presidência da CE.

Plenário aprova MPs e libera pauta para outras propostas

Subvenção econômica em operações de financiamento do BNDES, subsídios para energia na região Norte e prorrogação de contratos são temas das matérias

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem três medidas provisórias (MPs) e liberou a pauta, que estava trancada, para outras votações. Uma das MPs é a 465/09, que, modificada na Câmara dos Deputados, transformou-se no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 15/09. A MP autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica. A Câmara estendeu a subvenção ao setor de aviação civil.

A matéria foi aprovada com duas emendas apresentadas pelo relator-revisor, senador João Pedro (PT-AM). Com as alterações feitas pelo Senado, a proposta volta ao exame dos deputados.

Foi aprovado também o PLV

16/09, oriundo da MP 466/09, que modifica ou revoga artigos de sete leis que tratam das regras de subsídios concedidos à geração de energia termelétrica na região Norte. O governo propôs a MP argumentando que uma parte das 277 cidades que usam eletricidade obtida com geradores a óleo diesel ou a combustível será interligada até o final de 2011 por "linhões" ao restante das hidrelétricas do país. Isso exige novas normas para a fase de transição.

O Senado concordou com emendas feitas ao PLV 16/09 pelo relator-revisor, Valdir Raupp (PMDB-RO), e a matéria voltará ao exame dos deputados, onde chegará trancando a pauta de votações, pois a MP original foi assinada há mais de 45 dias pelo presidente da República.

Entre outras coisas, Raupp

dobrou de 12 para 24 meses o prazo de compensação para os estados e municípios que perderem arrecadação com a mudança. Eles cobram ICMS sobre os combustíveis usados nas termelétricas e, em alguns casos, essa fonte tributária é significativa.

Outra medida provisória aprovada é a 467/09, que autoriza, até o dia 31 de julho de 2010, a prorrogação de 437 contratos de pessoal por tempo determinado, cujos servidores trabalham, principalmente, em projetos de cooperação técnica firmados com organismos internacionais. Esses servidores foram contratados, segundo o governo, para atender temporariamente as necessidades de pessoal de ministérios e órgãos públicos. A matéria seguiu para promulgação do Congresso Nacional.

PEC aprovada cria indicadores de responsabilidade social

O Plenário aprovou proposta de emenda à Constituição (PEC 29/03), da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que determina que os objetivos impostos à ordem social passem a ser avaliados por meio de indicadores de responsabilidade social. Por acordo de lideranças, foram quebrados todos os interstícios constitucionais para a votação da matéria.

O relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), assinalou, concordando com a autora, que a PEC representará o passo inicial para a instituição de uma Lei de Responsabilidade Social, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal. O texto, argumentam os senadores, deverá ser capaz de instituir um Índice de Responsabilidade Social, abrangendo os três níveis de governo.



Proposta de Lúcia Vânia deve dar mais eficácia à gestão do dinheiro público

Jereissati assinala, em seu relatório, que, "ao lado da investigação do adequado cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, é preciso avançar na eficácia da gestão do dinheiro público, estabelecendo metas para superação das desigualdades e melhoria das condições de vida das pessoas". A proposta dá nova redação ao artigo 193 da Constituição.

Empréstimo externo de US\$ 46 milhões para o Ceará

O Plenário aprovou autorização para que o Ceará contrate operação de crédito externo com o Banco Mundial, no valor de US\$ 46 milhões, com garantia da União. Os recursos serão liberados entre 2009 e 2013 e destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do estado (Cidades do Ceará – Cariri Central). Como contrapartida, o Ceará entrará com recursos da ordem de US\$ 20 milhões.

O projeto já tinha sido aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na semana passada. O empréstimo, de acordo com Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), relator na CAE, é de fundamental importância para o Ceará, pois tem por objetivo reduzir o desequilíbrio socioeconômico entre a região metropolitana de Fortaleza e o interior do estado.

RECADASTRAMENTO

Heráclito suspende salário de servidores

O 1º secretário, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), assinou portaria que suspende o pagamento dos servidores que "nem sequer iniciaram seu recadastramento" e convoca todos os servidores que ainda não o finalizaram para que o façam, "sob pena de configuração de falta funcional e abertura de procedimento disciplinar".

Para os servidores que apenas iniciaram o recadastramento, a portaria dá prazo de cinco dias úteis para que finalizem o processo.

SERVIDORES

Sarney pode demitir quem não se apresentar

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que os servidores que não realizarem o recadastramento exigido pela Casa ficarão passíveis de demissão.

– Quem não se recadastrou, quem não comparecer, será sumariamente demitido e vamos apurar responsabilidades – disse Sarney.

Ele também informou que pretende acatar todas as recomendações da Fundação Getúlio Vargas destinadas a enxugar a administração do Senado. Sarney reafirmou seu propósito de reduzir em 40% a estrutura da Casa e deixar a instituição mais transparente.

TRANSMISSÃO

TV Senado estreia em sinal aberto em Cuiabá

A TV Senado já pode ser acompanhada em sinal aberto em Cuiabá, pelo canal 56. A retransmissão tem caráter experimental e faz parte do projeto de transmitir as atividades legislativas para todas as capitais brasileiras. A capital mato-grossense é a oitava, além de Brasília, a receber o sinal da TV Senado. A emissora pode ser acompanhada em UHF também em Fortaleza, Manaus, João Pessoa, Recife, Salvador, Natal e Rio de Janeiro.

SAÚDE SUPLEMENTAR

Aprovados novos diretores para ANS

O Plenário aprovou as indicações, feitas pelo presidente da República, de Maurício Ceschin e Leandro Reis Tavares para diretores da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Ceschin, que ocupará vaga de José Leônicio Andrade Feitosa, é médico e especialista em Administração Hospitalar. Tavares, que substituiu Eduardo Marcelo de Lima Sales, é cardiologista.

Incentivos para reduzir o impacto ambiental de obra

Projeto que prevê incentivos aos municípios que utilizarem, nas construções, tecnologias que reduzam o impacto ambiental e economizem recursos naturais recebeu ontem a aprovação do Plenário.

A proposta (PLC 196/08), que altera o Estatuto da Cidade, exige contrapartida dos beneficiários dos incentivos – proprietários, usuários permanentes e investidores privados.

A relatora da matéria, senadora Marina Silva (PT-AC), apresentou emenda para estender o incentivo a todas as edificações urbanas e operações de parcelamentos do solo. A matéria volta à Câmara dos Deputados.

Vai à sanção projeto que cria cargos no Executivo

O Plenário aprovou projeto (PLC 130/08) que cria a carreira de desenvolvimento de políticas sociais e cargos na Superintendência de Seguros Privados (Susep). A proposta, que vai à sanção presidencial, também transforma funções na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Foram criados 2.400 cargos de analista técnico de políticas sociais, cuja lotação caberá ao Ministério do Planejamento. Para a Susep, garantiram-se 200 cargos de analista técnico e 50 de agente executivo. Na Anvisa, 50 cargos de técnico em vigilância sanitária foram transformados em cargos de técnico administrativo.

Aprovada proposta que institui o Dia do Cerimonialista

Projeto que institui o Dia Nacional do Cerimonialista, a ser comemorado em 29 de outubro, foi aprovado no Senado e segue para a sanção do presidente da República.

Na justificativa da proposta (PLC 203/08), o autor, deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP), lembra que a data marca a criação do Comitê Nacional do Cerimonial Público, em 1993. Relatada na Comissão de Educação por Sérgio Zambiasi (PTB-RS), a matéria teve José Nery (PSOL-PA) como relator substituto. Para Nery, a atuação do cerimonialista é hoje “praticamente imprescindível” para o sucesso dos eventos e cerimônias públicas e privadas.

Congresso promulgará PEC que disponibiliza R\$ 9 bilhões a mais para o ensino a partir de 2011, acabando gradualmente com a Desvinculação das Receitas da União para o setor

Senado extingue bloqueio das verbas para educação

O SENADO APROVOU por unanimidade a proposta de emenda à Constituição que reduz anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União (DRU) incidente sobre os recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Pela PEC 96A/03, a alíquota, que era de 20%, cai para 12,5% no exercício de 2009 e para 5% em 2010. Em 2011, não haverá mais a incidência da DRU na educação. Com o fim da desvinculação para o setor, o Ministério da Educação passará a contar com cerca de R\$ 9 bilhões a mais por ano em seu orçamento, segundo informações da instituição. Para 2009 e 2010, a PEC libera verbas extras de R\$ 4 bilhões e R\$ 7 bilhões, respectivamente.

A proposta é originária da PEC 96/03, cuja primeira subscritora é Ideli Salvatti (PT-SC). Aprovada pela Câmara com alterações, a PEC retornou ao Senado e foi relatada na CCJ por Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Hoje, pelo artigo 212 da Constituição, a União deve



Proposta recebeu em Plenário o voto favorável de todos os senadores presentes

aplicar na manutenção e no desenvolvimento do ensino anualmente nunca menos de 18%, e os estados, o Distrito Federal e os municípios, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos provenientes de transferências.

Uma das modificações feitas na Câmara exige educação básica obrigatória e gratuita dos 4 anos aos 17 anos de idade, assegurada, inclusive, sua oferta para todos os que não tiveram acesso ao ensino na idade

apropriada. Essa medida deverá ser implementada progressivamente, até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação, com apoio técnico e financeiro da União. A PEC aprovada também alterou o percentual de desvinculação da DRU para o exercício de 2009, que era de 10% na proposta original. Para Lúcia Vânia, os aprimoramentos oferecidos pela Câmara são “oportunos e cruciais para o bom emprego dos recursos que serão restituídos à educação”.

Servidores de ex-território são transferidos para União

Foi aprovada pelo Plenário, em primeiro e segundo turnos, proposta de emenda à Constituição (PEC 87-A/03) que transfere para o quadro da União os servidores civis e militares do ex-território federal de Rondônia, concedendo a eles o mesmo tratamento já assegurado a funcionários dos ex-territórios do Amapá e de Roraima. A PEC vai à promulgação.

O texto aprovado é um substitutivo da Câmara dos Deputados à proposta da senadora Fátima Cleide (PT-RO). Segundo o relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), a PEC fará justiça aos servidores públicos do ex-território, além de representar um alívio para os cofres do estado.

O texto estabelece que – a exemplo dos policiais militares, já incluídos na Constituição – também constituirão, por opção, o quadro em extinção da administração federal: os servidores municipais do então território que prestavam serviço na data em que foi transformado em estado; os servidores e policiais militares alcançados pela lei que criou o estado de Rondônia (Lei Complementar 41/81); e os admitidos regularmente nos quadros do estado até a data de posse do primeiro governador eleito, em 15 de março de 1987. Os servidores continuarão prestando serviços ao estado de Rondônia.

A aprovação da PEC só foi possível devido a acordo de lideranças.

Senadores se solidarizam com Exedito Júnior



Exedito Júnior

Durante a discussão da proposta que transfere para o quadro da União os servidores do ex-território de Rondônia, Exedito Júnior (PSDB-RO) recebeu a solidariedade dos senadores em virtude da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF)

de determinar a vacância da cadeira ocupada por ele no Senado. João Ribeiro (PR-TO), José Agripino (DEM-RN), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Renan Calheiros (PMDB-AL) elogiaram a atuação de Exedito na Casa e disseram que, sem o seu empenho, a PEC não teria sido aprovada. Arthur Virgílio (PSDB-AM) leu carta em homenagem a Exedito assinada por associações e sindicatos de Rondônia.

Exedito agradeceu o apoio de todos os colegas à proposta, em especial de Romero Jucá (PMDB-RR), Agripino, Virgílio, Fátima Cleide (PT-RO) e Valdir Raupp (PMDB-RO), além do governador de Rondônia, Ivo Cassol, e prometeu que vai lutar pelo seu mandato “até o último dia”. Ele também garantiu que não praticou o crime de compra de votos em Rondônia, o que levou ao seu afastamento.

Políticas em favor do idoso terão fundo nacional

O Senado aprovou projeto de lei (PLC 161/08) que institui o Fundo Nacional do Idoso e autoriza a dedução, do Imposto de Renda das pessoas físicas e jurídicas, das doações feitas aos fundos municipais, estaduais e nacional do idoso. A dedução do total da contribuição, somada à dedução relativa às doações para os fundos dos direitos da criança e do adolescente, não poderá ultrapassar 1% do imposto devido.

Pelo projeto, que vai à sanção presidencial, o fundo financiará programas e ações relativas ao idoso para garantir os seus direitos sociais e promover sua autonomia e integração.

Também foram aprovados o PLC 159/08, que declara o município gaúcho de Sant’Ana do Livramento como cidade símbolo da integração brasileira com os demais países do Mercosul, e o Projeto de Resolução 21/08, do senador João Tenório (PSDB-AL), que institui o Diploma José Ermírio de Moraes para agraciar personalidades de destaque no setor industrial.

Em outra decisão, o Plenário deu o voto favorável ao texto de cooperação na área da defesa entre Brasil e Colômbia (PDS 800/09) e ao texto da Convenção Multilateral Ibero-Americana de Segurança Social (PDS 816/09).

Plano de carreira de PMs e bombeiros do DF vai à sanção

Projeto que reorganiza a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, estabelecendo critérios para progressão funcional, foi aprovado ontem pelo Senado e vai à sanção presidencial.

De iniciativa do Executivo, a proposta (PLC 222/09) também cria a Gratificação por Risco de Vida (GRV) para esses servidores, no valor de R\$ 250 mensais em 2009, e sujeita a aumentos programados para elevar o benefício a R\$ 1 mil até 2014.

O projeto, que foi aprovado pela Câmara na semana passada e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado na manhã de ontem, teve como relator no colegiado o senador Gim Argello (PTB-DF). No Plenário, coube ao senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) relatar a matéria pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Arns destaca obra sobre autodefensoria



Flávio Arns elogia Federação das Apaes pela publicação

Flávio Arns (PSDB-PR) comunicou ontem ao Plenário o lançamento do livro *Autogestão e Autodefensoria: Conquistando Autonomia e Participação*, publicado pela Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais. O senador parabenizou a entidade pela iniciativa.

Arns disse que, de acordo com a autodefensoria, a pessoa com deficiência é a advogada de suas causas e teria, assim, o “direito de participar de reuniões, congressos, diretorias e afins que tenham como objetivo discutir assuntos ligados a seus direitos como deficiente”.

Vasconcelos critica “turnê eleitoral” de Lula

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) criticou a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva às obras de transposição do rio São Francisco, ao lado da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e do deputado Ciro Gomes (PSB-CE), possíveis candidatos à Presidência da República em 2010. O senador considerou o fato como “um claro sinal de desrespeito à legislação eleitoral”.

– Foi uma verdadeira turnê eleitoral. Nunca antes neste país um chefe de governo em período democrático abusou tanto da legislação eleitoral quanto Lula – disse o parlamentar.



Para Vasconcelos, presidente “abusou da legislação eleitoral”

Especialistas internacionais ouvidos pelas comissões de Educação e de Assuntos Sociais ressaltaram que o comportamento agressivo se estabelece nos primeiros anos de vida



Guedeney (E), Rosalba Ciarlini, Marilena Flores e Tremblay: investir na criança reduz gastos nos sistemas judiciário e prisional

Atenção à primeira infância ajuda a prevenir violência

ESPECIALISTAS DO BRASIL, da França e do Canadá ressaltaram ontem nas comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Assuntos Sociais (CAS) a importância da atenção à primeira infância para a promoção de uma cultura de paz e para a prevenção da violência.

é importante intervir no começo da infância e que a qualidade dos recursos da intervenção é relevante, especialmente com crianças nascidas num contexto de adversidade.

Brincar

A presidente da Associação Brasileira pelo Direito de Brincar, Marilena Flores Martins, lembrou que o direito à infância está assegurado na Constituição e informou que 45,5% das famílias mais pobres do Brasil têm crianças na primeira infância – de zero a seis anos de idade.

Marilena Martins disse que, nos primeiros anos de vida, a criança precisa de afeto, estímulo, atividade e estrutura. Ela defendeu o ato de brincar como fundamental para uma cultura de paz. Segundo destacou, uma das bases da violência é a incapacidade de lidar com as frustrações, e a criança, quando brinca, aprende a controlar seus impulsos, a aceitar as frustrações e a negociar.

A especialista disse ainda que, muitas vezes, preconceitos como os de que “brincar é perda de tempo”, “a mente ociosa é a mãe de todos os vícios” e “só o trabalho dignifica o homem” acabam por impedir a erradicação do trabalho infantil.

Já o presidente da Associação Mundial da Saúde Mental

Infantil, Antoine Guedeney, relatou experiência com famílias vulneráveis em Paris. Até 2010, estão sendo atendidas, a partir da gestação e até os bebês completarem dois anos, 440 mulheres com menos de 26 anos de idade que estão na primeira gravidez.

Agressividade

Ele ressaltou a importância de atenção à primeira infância, afirmando que, nos dois primeiros anos de vida, o ser humano é capaz de falar, pensar, desenvolver a curiosidade e inibir comportamentos, especialmente o agressivo.

Guedeney citou vários autores que demonstram a importância de a prevenção da violência começar cedo, com intervenções para garantir a segurança dos vínculos afetivos, considerados prioritários na primeira infância e que podem estar afetados pelo estresse de pais jovens ou ainda por dificuldades econômicas.

A audiência pública, solicitada pelos senadores Flávio Arns (PSDB-PR), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN), fez parte da programação da 2ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, promovida pelo Senado Federal, em parceria com entidades públicas e privadas.

Debate sobre infância deve ser ampliado em 2010

A 3ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, a ser promovida em 2010 pelo Senado, poderá ser precedida de seminários nas cinco regiões do país. A sugestão foi feita ontem pelo senador José Nery (PSOL-PA), em audiência pública sobre o tema, e recebeu o apoio da presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

José Nery disse que, com a realização desses debates, o Senado tentará avançar no processo de conscientização sobre a necessidade de políticas para a primeira infância e permitirá uma aproximação e um real compromisso de todos com o tema.

O senador disse que é preciso colocar a criança como prioridade absoluta das políticas de Estado, acrescentando que os brasileiros não têm motivos para celebrar os dispositivos da Constituição e do Estatuto da

Criança e do Adolescente que garantem essa prioridade. O parlamentar registrou que 2,5 milhões de crianças no país trabalham e milhares são vítimas de violência sexual.

– A criança tem de ser prioridade em todas as esferas das instituições públicas e privadas. A única forma de construirmos uma sociedade assentada nos princípios da paz e da não violência é tratar a criança com carinho, respeito, atenção, para prevenir e educar. É a falta dessa atenção que leva ao envolvimento de jovens e adolescentes com a criminalidade – alertou.

Maioridade penal

Sob aplausos do público presente à audiência, José Nery condenou a proliferação do que qualificou de “tentativas de criminalizar as vítimas”, referindo-se às propostas de redução da maioridade penal. E disse que é preciso uma mobi-

lização para impedir cortes nos recursos orçamentários para a educação básica.

– Esse é o desafio, é a nossa causa – disse, referindo-se à defesa da criança.

No mesmo sentido, Rosalba Ciarlini afirmou que é preciso colocar a criança em primeiro lugar e que a educação é fundamental para que o Brasil se torne um país forte. O primeiro passo para isso, disse, é garantir segurança na primeira infância. Para a senadora, a falta de atendimento à criança não é uma questão de falta de recursos, mas de prioridade.

– Mais de 14 milhões de crianças estão sem direito à escola. As crianças precisam estar alimentadas e com saúde para poderem brincar. O Brasil tem dinheiro para emprestar ao FMI [Fundo Monetário Internacional], mas não tem dinheiro para uma creche? – questionou a parlamentar.

Senado reativa subcomissão para reforçar combate à criminalidade

Objetivo da colegiado, vinculado à CCJ, é examinar medidas que possam contribuir para a contenção da criminalidade no país. Criada em 2003, subcomissão foi responsável por algumas propostas já em vigor, como o interrogatório de presos por meio de videoconferência

O EXAME DE medidas que possam contribuir para a contenção da criminalidade no país é o objetivo da Subcomissão de Segurança Pública – ligada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) –, que foi reativada ontem no Senado e terá como presidente o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). A subcomissão deverá também analisar previamente todos os projetos que tratam de questões de segurança pública distribuídos para a CCJ.

A eleição de Jereissati ocorreu logo após o encerramento da reunião da CCJ, durante a qual o seu presidente, Demostenes Torres (DEM-GO), anunciou a decisão de reativar a subcomissão, criada em 2003 e que atuou por dois anos.

No período, surgiram propostas que já estão em vigor, como o interrogatório de réus por videoconferência. Outros temas estão em fase de aprofundamento, como a reforma do Código de Processo Penal (CPP). A subcomissão contará com nove membros titulares e igual número de suplentes e terá como vice-presidente o senador Jarbas



Para Tasso Jereissati, a disseminação do consumo de crack é motivo de grande preocupação dos senadores

Vasconcelos (PMDB-PE).

Ao justificar a reativação do colegiado, Demostenes afirmou que o país enfrenta uma situação de caos na área da segurança pública. De acordo com o parlamentar, mata-se mais gente no Brasil do que em países em guerra.

Depois de afirmar que a culpa não é somente do atual governo, o senador disse que diferentes setores começam a sair do “sonho romântico” de que bastavam políticas sociais para enfrentar a criminalidade. Segundo ele, o próprio ministro da Justiça, Tarso Genro, está mudando sua visão. Como acredita o senador, muitos criminosos já estão “perdidos” para o convívio social e não podem deixar facilmente a cadeia.

Demostenes observou que foi aprovado recentemente na CCJ projeto que determina a exigência de exame criminológico para concessão de benefício de progressão de pena. Como relator, ele apresentou ontem ao colegiado substitutivo a propostas com regras mais rigorosas para a progressão entre regimes penitenciários e a concessão de livramento condicional.

Tráfico de drogas

Após ser eleito, Jereissati adiantou, em entrevista à Agência Senado, que um dos problemas que mais preocupam os senadores neste momento é a disseminação do consumo de crack no país, tema que deverá ser examinado pela subcomissão, junto com a abordagem das conexões entre a criminalidade e o tráfico de drogas.

– O crack é uma praga que está

assolando o país, alcançando os mais diferentes segmentos, indiferentemente da classe social.

Demostenes indicou como membros titulares do colegiado os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), César Borges (PR-BA), Pedro Simon (PMDB-RS), Renan Calheiros (PMDB-AL), Jarbas Vasconcelos, Tasso Jereissati e Marconi Perillo (PSDB-GO). Foram indicados ainda Romeu Tuma (PTB-SP) e Osmar Dias (PDT-PR) em reconhecimento à dedicação ao tema da segurança pública.

Guerra urbana

Ainda na reunião de ontem, a CCJ aprovou requerimento de Marconi Perillo para audiência com a finalidade de debater o que o autor chama de “estado de guerra urbana” que se instala nas regiões onde o tráfico de drogas tem “ditado regras”, como no Rio de Janeiro. Para o senador, esse avanço deve ser atribuído à omissão da União, já que a Constituição atribui a esse ente a responsabilidade de prevenir o tráfico.

Deverão ser convidados para a audiência Tarso Genro; o procurador-geral da República, Roberto Gurgel; e o superintendente da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa.



Efraim lamenta a rebelião ocorrida sexta-feira em João Pessoa, que resultou na morte de cinco detentos

Efraim culpa os governos por aumento da violência

Efraim Morais (DEM-PB) lamentou da tribuna a rebelião de presos, ocorrida na manhã da última sexta-feira, na Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega, em João Pessoa, também conhecida como Presídio do Roger. A rebelião deixou cinco detentos mortos, queimados vivos, e outros 41 feridos, estando nove deles em estado gravíssimo, com queimaduras de terceiro grau. Os rebeldes reclamaram da proibição das visitas íntimas.

Para o senador, o quadro da segurança pública em todo o país é assustador e está claro que a atuação das três esferas de governo (municipal, estadual e federal) nessa área merece severa reprovação por parte da opinião pública. Ele disse que a evolução que se observa ao longo dos anos é a do crime e não do seu combate.

Efraim manifestou indignação com o fato de que a rebelião de presos em João Pessoa não é uma exceção, mas uma regra em todo o país. Ele assinalou que a violência das ruas apenas reflete a violência das prisões. Como exemplo, citou o número de homicídios, que chegou a 48 mil por ano, colocando o Brasil entre os países com maior índice de assassinatos no mundo.

– Embora outros aspectos da atuação governamental – como a política de juros, os impostos e as ações na área de saúde – também sejam reprovações pelos brasileiros, é exatamente na segurança pública que se constatam os mais elevados índices de reprovação – afirmou o parlamentar, citando pesquisa realizada pelo Ibope para a Confederação Nacional da Indústria (CNI).



Camata defende a aprovação de seu projeto que restabelece a pena de detenção para os usuários de drogas

Nova lei facilita vida dos traficantes, diz Camata

Gerson Camata (PMDB-ES) pediu ontem mais investimentos e mais ações governamentais para o enfrentamento do crime organizado. Na opinião do senador, a Lei 11.343/06, que institui o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, facilitou a vida dos traficantes. Ele defendeu o projeto de sua autoria que restabelece pena de detenção para usuários.

– Quando nós aprovamos aqui aquela ‘lei da descriminalização’, nós fizemos um grande trabalho para os traficantes. Agora, traficantes podem vender tranquilos, podem comprar droga, podem, com a arrecadação das drogas, comprar metralhadoras e derrubar helicóptero, que estão liberados por lei do Congresso Nacional, que liberou o direito de uso de droga por seus usuários. Então, ficou uma dúvida para os juizes se ela foi descriminalizada ou despenalizada – disse.

Gerson Camata também afirmou que o tráfico de drogas e o crime organizado são problemas de todo o continente sul-americano, e não apenas do Brasil. Para o senador, o governo brasileiro deve exigir dos países vizinhos mais rigor na vigilância das fronteiras.

O parlamentar afirmou que o governo pretende gastar cerca de R\$ 34 bilhões na compra de submarinos e aviões, quando esta soma poderia ser empregada na segurança pública do país.

– Ninguém está ameaçando o Brasil, o Brasil está deitado em berço esplêndido, tranquilo. Agora, os brasileiros estão ameaçados, estão sendo sequestrados, roubados, assaltados, assassinados a todo o momento.



Raimundo Colombo alerta que o uso do crack está contaminando a juventude no Brasil

Colombo quer mídia em “guerra contra drogas”

Raimundo Colombo (DEM-SC) sugeriu da tribuna o uso dos veículos de comunicação em “uma guerra forte contra as drogas”. O senador lembrou a rápida mobilização do Senado diante do risco da expansão da gripe A (H1N1), e lamentou que o mesmo não ocorra com relação “à tragédia das drogas”.

– Falta uma política pública corajosa e determinada para enfrentar na raiz os grandes problemas. E aí, a sociedade precisa ser instada a participar e dar sua colaboração, que eu considero muito importante. Eu sinto que os jovens estão participando, despertando, contribuindo de forma significativa para se criar um novo momento.

Colombo citou reportagem do jornal *O Globo* sobre o rapaz viciado em crack que matou a namorada, e alertou para “essa doença” que está contaminando a juventude no país. Disse que em Santa Catarina uma campanha feita pela rede de televisão RBS já levou quase a metade dos veículos a portarem um adesivo com a frase: “Crack, nem pensar”.

O senador cobrou a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 42/08) que estende aos jovens a proteção e os direitos já consagrados às crianças, além de prescrever a elaboração do estatuto e do plano nacional da juventude.

Colombo assinalou que, atualmente, mais da metade das pessoas presas no Brasil estão na faixa de 18 a 29 anos e a maioria dos crimes também são cometidos por jovens na mesma faixa de idade.

CCJ aprova mudanças na Lei do Inquilinato para dar maior segurança jurídica a proprietários e locatários, incentivando a oferta de imóveis atualmente desocupados

Novas regras para aluguéis podem dinamizar mercado

AS REGRAS E os procedimentos para locação de imóveis urbanos poderão ser modificados a partir da aprovação ontem pela CCJ, em caráter terminativo, de projeto do deputado José Carlos Araújo (PR-BA), que altera a Lei do Inquilinato (Lei 8.245/91). Caso não haja recurso para que o Plenário da Casa examine o projeto, a matéria irá à sanção do presidente da República, transformando-se em lei. O presidente, entretanto, poderá vetar total ou parcialmente o projeto.

A relatora da matéria (PLC 140/09), Ideli Salvatti (PT-SC), que é líder do governo no Congresso, observou a necessidade de alteração da legislação, após 18 anos de vigência. Entre os aspectos positivos do projeto, ela destacou a maior segurança jurídica para aqueles que dispõem de imóveis para alugar, com a agilização dos processos de retomada de imóvel quando o pagamento não é efetuado. A média nacional para esse procedimento é de 14 meses, informou a



Relatora Ideli Salvatti afirma que há 3 milhões de imóveis vazios no país

relatora. Ao mesmo tempo, assinalou a senadora, o PLC 140/09 garante o amplo direito de defesa ao locatário.

As modificações, na avaliação de Ideli, poderão contribuir para a redução do déficit habitacional no país, calculado em torno de 8 milhões de moradias.

Atualmente, disse ela, cerca de 3 milhões de imóveis estão fechados pelo receio dos proprietários de inseri-los no mercado imobiliário, que é avaliado em 7 milhões de contratos de locação comerciais e residenciais. A nova legislação

também contemplará, segundo a senadora, saídas para os fiadores que não mais desejam permanecer nessa condição.

Aprovada por unanimidade, a proposta recebeu elogios dos senadores. Gim Argello (PTB-DF) afirmou que o projeto atende à realidade do mercado de imóveis no país. Francisco Dornelles (PP-RJ) disse acreditar que as modificações vão adaptar a lei ao momento atual e contribuir não somente para o mercado de locação, mas para a indústria imobiliária.

Para Kátia Abreu (DEM-TO), uma das maiores contribuições do projeto é a segurança jurídica que trará para o setor imobiliário urbano. Valter Pereira (PMDB-MS) disse reconhecer que a legislação envelheceu e que a insegurança jurídica acaba desestimulando investimentos na locação de imóveis.

A proposta também teve o apoio dos líderes do PMDB, Renan Calheiros (AL); do DEM, José Agripino (RN); e do PSDB, Arthur Virgílio (AM).

Contratos de locação

Entre as alterações na Lei do Inquilinato aprovadas pela CCJ, está a possibilidade de o locador exigir nova empresa fiadora se esta estiver em crise financeira

Retomada do imóvel	
- Assim que julgada procedente a ação, o juiz determinará a expedição do mandado de despejo, do qual constará o prazo de 30 dias (já previsto na legislação) para a desocupação voluntária.	
Separação conjugal	
- Nos casos de dissolução do vínculo conjugal ou da união estável, o prosseguimento da locação pelo cônjuge ou companheiro que permanecer no imóvel aplica-se somente a locações residenciais e não mais a qualquer tipo de aluguel.	
Morte do locatário	
- Nos casos de dissolução familiar ou de morte do locatário, o fiador poderá exonerar-se de suas responsabilidades, no prazo de 30 dias após a comunicação feita pelo novo responsável pelo aluguel. Os efeitos da fiança, porém, permanecerão durante 120 dias após notificação da parte do locador.	
Fiança	
- Para dar maior garantia ao locador e exonerar a empresa fiadora que passa por crise financeira, será assegurado ao locador o direito de exigir novo fiador caso este último ingresse no regime de recuperação judicial.	
- O locador também poderá exigir a substituição da garantia em caso de prorrogação da locação por prazo indeterminado, e se o fiador notificar sua intenção de desonerar-se de sua obrigação.	
Cessão da locação	
- Outra modificação objetiva reforçar entendimento, já tradicional do direito brasileiro, de que inclusive a cessão da locação de caráter não residencial somente é lícita quando autorizada pelo locador.	

Aprovados 30 juizes e 880 servidores para o TRT/SP

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 2ª Região, com sede em São Paulo, poderá contar com mais 30 juizes e 880 novos servidores, conforme projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça. Atualmente, o TRT dispõe de 64 magistrados.

Ao relatar a matéria (PLC 183/09), o senador Romeu Tuma (PTB-SP) afirmou a atual estrutura do tribunal é insuficiente. A proposta foi encaminhada ao Congresso Nacional pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). Já aprovado na Câmara dos Deputados, o texto recebeu decisão terminativa na CCJ.

Um quinto dos cargos de juiz a serem criados será destinado à representação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Ministério Público do Trabalho, conforme determina norma constitucional.

CCJ debaterá divergência entre o Executivo e o TCU

As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) vão debater em audiência pública as divergências entre o Executivo e o Tribunal de Contas da União (TCU) quanto à aplicação da Lei de Licitações no acompanhamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) com esse propósito foi aprovado ontem pelo colegiado.

A Comissão de Justiça aprovou também a realização de audiência pública para instruir proposta de emenda à Constituição (PEC 90/07) de iniciativa da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que trata da extinção dos Tribunais de Contas e reestrutura o sistema de controle externo das contas públicas.

Comissão de Ciência e Tecnologia aprova projeto que permite uso de recursos do fundo de universalização para reduzir valor de conta telefônica de famílias pobres

Telefonia fixa pode ter subsídio para baixa renda

AS CONTAS DE telefone fixo dos consumidores de baixa renda poderão ser reduzidas graças a subsídios previstos em projeto aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Os subsídios, segundo a proposta, serão financiados com recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

O projeto (PLS 283/09), do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), modifica a Lei 9998/00, que instituiu o fundo, para incluir, entre as formas de utilização dos recursos do Fust, o "subsídio direto ao consumo de serviços explorados em regime público", como a telefonia fixa. Com isso, o autor pretende estender à telefonia fixa o mesmo tipo de benefício já estabelecido para os consumidores de baixa renda de energia elétrica.

– O projeto cria uma tarifa

social e permite à população de baixa renda ter acesso ao telefone fixo. Ai, sim, teremos a universalização do sistema – disse Flexa Ribeiro, presidente da CCT, ao comemorar a aprovação de sua proposta pela comissão.

Em seu voto favorável, o relator do projeto, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), recordou que o Fust já conta com recursos da ordem de R\$ 7 bilhões, mas ainda não ajudou a colocar em prática iniciativas de universalização dos serviços de telecomunicação.

"Entre as razões que explicam a falta de utilização dos recursos do Fust, está a complexidade do procedimento estabelecido em lei", observou Azeredo. "Os recursos desse fundo só podem ser aplicados para cobrir a parcela de custos com obrigações de universalização que não puder ser recuperada mediante a exploração eficiente do respectivo serviço".

A comissão acolheu também parecer favorável a projeto (PLC 35/09) que obriga o fornecedor de produto cultural pela internet a oferecer a venda de meia entrada. O projeto será ainda examinado, em decisão terminativa, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Pelo texto aprovado, a comprovação da situação de beneficiário da meia entrada ocorrerá no momento da entrada no evento cultural, mediante a apresentação da documentação exigida para isso.

A CCT aprovou ainda, em decisão terminativa, 60 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio em diversos estados. A comissão considerou prejudicado projeto de resolução (PRS 50/07) de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que altera critérios para a votação desse tipo de matéria.

Conferência sob risco de polarização ideológica

Os senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) manifestaram preocupação com a possibilidade de polarização ideológica dos debates da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, a ser realizada em Brasília, de 14 a 17 de dezembro. Os parlamentares se manifestaram durante debate sobre o assunto, realizado ontem pela CCT, com a presença do consultor jurídico do Ministério das Comunicações Marcelo Bechara.

Zambiasi considerou a realização da conferência uma "proposta revolucionária" e julgou equilibrado o peso de cada setor da sociedade na conferência – 40% para representantes da sociedade civil, 40% para empresários e 20% para representantes do poder público. Mesmo assim, ele alertou para a possibilidade de adoção de decisões radicais.

– Preocupa-me que se estabeleça um padrão de programação e engessamento em cima de uma visão ideológica, o que pode ferir o aspecto democrático da comunicação. Isso é muito sério e deve ser tema de reflexão – disse Zambiasi, ao res-



Na CCT, Bechara (E) e Flexa Ribeiro debatem Conferência Nacional de Comunicação

saltar a sua ligação profissional com o rádio.

Flexa Ribeiro, presidente da CCT, considerou "lamentável" o afastamento da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) da comissão organizadora da conferência. E questionou se esse já não seria um sintoma do risco de adoção de um "viés ideológico" pelos participantes do evento.

O consultor admitiu a possibilidade de ocorrência de debates "muito ideológicos" durante a conferência. Ele observou que existe uma "demanda reprimida" de representantes da socie-

dade civil por um maior debate sobre a comunicação no país. Mas afastou a possibilidade de "engessamento da programação", tal como levantado por Zambiasi.

– As discussões começam nos municípios, passam por um filtro nos estados e depois chegam à conferência nacional. A tendência é de que essas questões ideológicas se tornem menos fortes. A conferência é meramente propositiva e, se o Congresso Nacional entender que as propostas não merecem prosperar, elas não vão caminhar – afirmou Bechara.

Professores de espanhol do Mercosul podem lecionar no Brasil

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul aprovou ontem acordo firmado pelos governos dos países do bloco regional que autoriza a validação dos diplomas para professores de português e de espanhol nos países do mercado comum.

Com isso, professores brasileiros de português poderão se candidatar a dar aula nos países vizinhos, assim como professores argentinos, uruguaios e paraguaios poderão disputar vagas para professor de espanhol nas escolas brasileiras. No Brasil, a Lei 11.161/05 determina que as escolas de ensino médio serão obrigadas a oferecer aulas de espanhol a partir de 2010 – para os alunos, a matéria será optativa.

O acordo sobre a validação dos diplomas, assinado em junho de 2005, ainda será votado pelas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), seguindo depois para o exame dos plenários do Senado e da Câmara.

O acordo sobre a validação dos diplomas, assinado em junho de 2005, ainda será votado pelas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), seguindo depois para o exame dos plenários do Senado e da Câmara.



Cordeiro (E) e Mozarildo Cavalcanti na Subcomissão Permanente para a Amazônia

Embaixador lamenta lentidão em obras na fronteira norte

O subsecretário-geral da América do Sul, do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Enio Cordeiro, em audiência na Subcomissão Permanente para a Amazônia, ligada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), lamentou que projetos simples de integração com os países vizinhos do Norte demorem muito tempo para ser efetivados.

– É lamentável que a construção de rodovias de integração, e até de simples pontes ligando

dois países, demorem tantos anos para serem negociadas e mais tempo ainda para saírem concretamente do papel – analisou.

A Subcomissão Permanente para a Amazônia é presidida pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que defendeu a criação de um plano de desenvolvimento para a região, levando em conta os interesses de seus 25 milhões de habitantes e os objetivos estratégicos do Brasil.

Valadares apresentará voto a favor da Venezuela no Mercosul

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) anunciou que apresentará voto em separado, assinado por mais nove senadores, a favor da entrada da Venezuela no Mercosul, por ocasião da votação da proposta que trata do assunto. A matéria será votada hoje na CRE e recebeu voto contrário do relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

– Não há perigo de contágio de governos totalitários. Não há perigo de que a entrada da Venezuela ameace a estabilidade democrática – assegurou



Valadares: voto em separado para se contrapor à recomendação do relator

Valadares, argumentando que governantes como o presidente Hugo Chávez são passageiros.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Marconi Perillo • Serys Slhessarenko

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefe de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Presidente Sarney (D) recebe representantes do Movimento Negro do PMDB

Sarney promete acelerar votação do Estatuto da Igualdade Racial

Ao receber representantes do Movimento Negro Nacional do PMDB, o presidente do Senado, José Sarney, prometeu que colocará em votação o mais rápido possível o projeto que cria o Estatuto da Igualdade Racial (PLS 213/03). Mediante a mobilização de 60 deputados, o texto foi votado no último dia 15 por comissão especial da Câmara, a fim de ser imediatamente enviado ao Senado.

Dirigente do Movimento Negro do PMDB, Ernesto Luiz Pereira Filho, deixou a audiência com Sarney certo de que o Senado

aprovará a matéria antes do fim do ano. A proposta de estatuto, do senador Paulo Paim (PT-SP), vem sendo discutida no Legislativo desde 2003. A intenção dos seus defensores é que ele receba a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

– Nosso objetivo é que, no mês de novembro, o Congresso Nacional dê de presente aos negros brasileiros o Estatuto da Igualdade Racial. Com isso, teremos Estado brasileiro e Congresso Nacional unidos na promoção da igualdade racial – disse Pereira.

Agripino cobra construção de aeroporto no RN

O senador José Agripino (DEM-RN) cobrou uma definição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o modelo a ser usado na construção do aeroporto de São Gonçalo do Amarante, na região metropolitana de Natal: se investimento direto da União, parceria público-privada (PPP) ou regime de concessão. Lula deverá visitar o Rio Grande do Norte no próximo dia 19.

O senador pediu ao presidente que, em vez de ir ao estado “para inaugurar o que o governo está chamando de segunda refinaria, quando se trata apenas de uma central de abastecimento de gás, que dê uma solução para o aeroporto de São Gonçalo”. Até o momento, segundo ele, apenas a pista de pouso e decolagem está pronta.



Agripino quer que governo defina modelo a ser usado em projeto



Delcídio: Força Nacional de Segurança terá grupamento aéreo no MS

Delcídio elogia nova política para vigiar fronteiras

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) elogiou a política de segurança pública a ser implantada pelo Ministério da Justiça na região de fronteira do Brasil com o Paraguai. Isso será possível, informou o senador, com a instalação de grupamento aéreo da Força Nacional de Segurança no município de Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul.

– Esse é um passo de extrema relevância. É a primeira vez em 30 anos que se estabelece uma política de supervisão de fronteiras – afirmou o parlamentar.

De acordo com Delcídio Amaral, a iniciativa servirá para combater também o tráfico ilegal de gado, o que resultou, durante certo tempo, na entrada da febre aftosa no Brasil, com prejuízos para a pecuária nacional.

Senadores dos dois partidos alegam que a comissão “é uma farsa”. Gerente da estatal ouvido ontem justificou custo adicional de US\$ 177 milhões para construção de plataformas

PSDB e DEM abandonam reunião da CPI da Petrobras

O SENADOR ALVARO Dias (PSDB-PR) protestou ontem contra a forma como, segundo ele, os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras vêm sendo conduzidos e abandonou a reunião. Os senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) o acompanharam. Alvaro Dias e Antonio Carlos Júnior afirmaram que a CPI “é uma farsa”.

A decisão ocorreu após a comissão ser informada de que Erardo Gomes Barbosa, gerente da Petrobras convidado a depor, seria substituído por outros dois funcionários da empresa.

Em entrevista, Alvaro Dias disse que “a farsa começou com a composição da CPI, já que seu presidente e seu relator são da base governista, e prossegue com o arquivamento de todos os requerimentos e convocações de depoimentos mais consistentes”.

Antonio Carlos Júnior afirmou que não participará da CPI enquanto não ocorrer uma reunião administrativa para “lavar a roupa suja”.

– Nós [da oposição] estamos sendo “tratorados” – protestou Antonio Carlos Júnior.

Em resposta, João Pedro declarou que “não há combinação



Justi, Moura, Jefferson Praia e Jucá. À direita, Alvaro, que deixou a reunião

nem farsa na CPI”. Sobre a ausência de Erardo Gomes Barbosa, ontem, João Pedro lembrou que o gerente da Petrobras já havia sido ouvido.

Para a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), a comissão “está cumprindo o seu cronograma e tem promovido o debate sobre questões fundamentais”.

Plataforma

A construção das plataformas de exploração de petróleo P-52 e P-54, que entraram em atividade em 2007, teve custo adicional de US\$ 177 milhões. Ao justificar o pagamento desse valor, o gerente da Petrobras Antonio Carlos Alvarez Justi, que substituiu Erardo Gomes

Barbosa, afirmou que a medida foi necessária devido à variação cambial em 2004. Segundo o gerente, a variação prejudicou as empresas contratadas – os valores dos contratos haviam sido fixados em dólar. Ele lembrou que as empresas eram estrangeiras, mas eram obrigadas a realizar no Brasil “parte significativa” das obras, ou seja, as empresas subcontratavam outras, brasileiras.

“Dendê pode tornar o país líder em biocombustível”

O pesquisador da Embrapa Cesar de Castro afirmou ontem, em audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), que, para atingir uma posição de liderança mundial na produção de biocombustíveis, o Brasil deveria ampliar rapidamente a área plantada com dendê, que hoje é “insignificante” quando comparada com países do sudeste asiático, como Malásia e Indonésia.

Segundo o especialista, o potencial da produção de óleo de dendê é extremamente elevado. A audiência foi realizada para discutir a proposta de um marco regulatório dos biocombustíveis.

— O dendê produz em torno de 25 toneladas de cachos de frutos por hectare, que rendem cerca de cinco toneladas de óleo. Já um hectare de lavoura de soja produz apenas 500 quilos de óleo – disse Cesar de Castro.



Na reunião da CI, Gilberto Goellner (E), Cesar de Castro, Inácio Arruda e Cid Caldas

Respondendo a pergunta do senador Gilberto Goellner (DEM-MT) sobre o pinhão-mansão, Cesar de Castro considerou como problema mais importante a ser contornado para a viabilização do seu uso na produção de biodiesel os elevados custos de mão de obra durante a colheita.

O representante do Ministério da Agricultura, Cid Jorge Caldas, recomendou a inserção, no marco regulatório dos biocombustíveis, de um tratamento amplo

de toda a cadeia produtiva, e não apenas dos produtos finais, como álcool ou biodiesel.

Sobre a cana-de-açúcar, informou que o país, de acordo com levantamento do ministério, dispõe de 60 milhões de hectares para novos cultivos.

No final da audiência, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), que dirigiu a reunião, informou que a CI receberá via internet, pelo prazo de um mês, contribuições sobre o assunto.

ACM Júnior pede recursos para infraestrutura



Pais precisa crescer a taxas mais elevadas, diz Antonio Carlos Jr.

O Brasil precisa investir 25% do produto interno bruto (PIB) em infraestrutura para poder alavancar novos investimentos privados e crescer a taxas mais elevadas, afirmou Antonio Carlos Júnior (DEM-BA). O senador destacou que, no entanto, essa taxa está hoje em 18%. Para investir em infraestrutura, o governo deve conter os gastos correntes e de custeio, disse.

Antonio Carlos Júnior também afirmou que a queda da arrecadação da Bahia chegou a R\$ 700 milhões nos últimos 12 meses e que o governo de Jacques Wagner é incapaz de atrair investimentos para o estado.

Flexa Ribeiro acusa Ana Júlia de desviar verbas

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) acusou a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, de desobedecer a Lei de Responsabilidade Fiscal. O senador apresentou documentos que, segundo ele, comprovam desvio de R\$ 22 milhões provenientes da antecipação referente a compensações financeiras sobre a exploração de recursos hídricos e minerais entre junho de 2008 e outubro de 2010. “Porém, a população não sabe, nem os parlamentares, onde a governadora mandou aplicar esses recursos. Não temos prestação de contas, nenhuma obra, nenhuma melhoria no serviço”, afirmou.



Flexa Ribeiro: governadora do Pará não cumpre a LRF

Marconi quer valorização do serviço público



Senador ressalta importância dos concursos públicos

O fortalecimento do Estado para o combate da crise financeira mundial comprova a necessidade de profissionalização do serviço público, afirmou Marconi Perillo (PSDB-GO), em pronunciamento ontem, em homenagem ao Dia do Servidor Público.

O senador disse ainda que a sustentabilidade ambiental somente será possível com a ação fiscalizadora dos agentes públicos. Marconi também enfatizou a importância do concurso público como única forma de acesso às carreiras de Estado.

Viana elogia documento sobre hepatite B



Tião Viana parabeniza ministro por lançamento de protocolo

O lançamento do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para o Tratamento da Hepatite Viral Crônica pelo vírus B e as co-infecções foi elogiado por Tião Viana (PT-AC). Para o senador, trata-se de "um marco na história da saúde pública brasileira". Ele ainda parabenizou o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, pelo protocolo autorizando o tratamento do vírus da hepatite delta, também conhecida como febre negra de Lábrea, que, associada ao vírus da hepatite B, ataca comunidades rurais e de áreas de floresta.

Projeto legaliza agropecuária em parte de reserva no Pará

Proposta de Flexa Ribeiro que divide a área das Nascentes da Serra do Cachimbo em parque e área de proteção ambiental é aprovada na CDR e segue para a CMA

A REGIÃO DAS nascentes da serra do Cachimbo, no sul do Pará, poderá perder a condição de reserva biológica e ser transformada em duas novas unidades de conservação, sendo um parque nacional e uma área de proteção ambiental. Com a medida, que consta de proposta aprovada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), poderão ser legalizadas atividades agropecuárias em parte da área até então protegida, salienta o relator Valdir Raupp (PMDB-RO).

De acordo com a lei que trata do Sistema de Unidades de Conservação (Lei 9.985/00), as reservas biológicas devem ter preservação integral, sem interferência humana ou modificações ambientais. A lei estipula que as unidades são de posse e domínio públicos, e que as áreas

particulares em seus limites deverão ser desapropriadas.

Já os parques nacionais podem receber visitação e ter destinação turística. No caso das áreas de proteção ambiental, é permitida a ocupação humana, com atividades econômicas ecologicamente sustentáveis e com proteção da diversidade biológica.

Conforme o projeto (PLS 258/09), de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), cerca de 162 mil hectares da reserva biológica seriam convertidos no Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo, entre os municípios de Altamira e Novo Progresso. Também em em Altamira, outros 178 mil hectares passariam à condição de Área de Proteção Ambiental Vale do XV.

A mudança, justifica o autor da proposição, evitaria a remoção de população que reside

em área localizada ao longo da BR-163, no trecho que corta Altamira. A transformação de parte da reserva em área de proteção ambiental, argumenta Flexa Ribeiro, permitirá aos moradores do local manter suas atividades agrícolas, combinadas com medidas de preservação ambiental.

Emendas

O relator apresentou voto favorável à proposta, com duas emendas. Em seu relatório, Valdir Raupp lembra que vivem no local onde será criada a Área de Proteção Ambiental Vale do XV "mais de 200 famílias", que se dedicam à pecuária e à produção comercial de arroz, banana, abacaxi e café. O projeto segue agora para decisão terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).



Inácio Arruda (D) requereu sessão especial para homenagear órgão "pioneiro"

Senadores pedem revitalização do Dnocs, que fez cem anos

Primeiro órgão federal específico para o semiárido, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) recebeu ontem homenagens no Plenário em razão do seu centenário de fundação. Na sessão, os senadores ressaltaram o pioneirismo da instituição e a necessidade de sua revitalização.

Inácio Arruda (PCdoB-CE), autor do requerimento da homenagem, disse que "o embrião do Dnocs surgiu ainda com dom Pedro II". O órgão foi instalado em 1909 como Inspeção de Obras Contra as Secas e só em 1945 passou a ser conhecido pelo atual nome.

— Por muito tempo, foi a única agência governamental federal executora de obras no Nordeste, e ao longo dos anos mudou a mentalidade do sertanejo, fazendo-o resistir às intempéries, tentando dar condições ao sertanejo de se fixar em sua terra — afirmou o senador.

Agora, com as mudanças climáticas, na opinião de Inácio Arruda, o Dnocs, graças à sua "capilaridade, acervo técnico, bens patrimoniais", terá papel fundamental na elaboração e execução de um plano para a região do semiárido, "provavelmente uma das mais atingidas pelo aquecimento global", o que justifica o fortalecimento do órgão, segundo o parlamentar.

Marconi Perillo (PSDB-GO) leu mensagem do presidente do Senado, José Sarney, em que salienta como a entidade melhorou a vida do povo mais pobre, habitante do Polígono

das Secas. "Antes com caráter assistencialista, o Dnocs passou a adotar uma abordagem estrutural, trabalhando para que o sofrimento não mais ocorresse, e não apenas minorando-o", diz Sarney no texto. Hoje, conforme ele, o Dnocs é um órgão moderno e bem administrado, que atua na promoção do desenvolvimento sustentado da região.

Para Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), "o Dnocs não pode viver só de passado". Já Tasso Jereissati (PSDB-CE) frisou o bom trabalho com planejamento sobre a questão hídrica para toda a região, com a execução de barragens, arquitetura, engenharia e cálculos, que ajudaram a formar um "banco de conhecimentos" sobre o assunto. Ele também ressaltou o papel fundamental do órgão na integração entre a gestão dos recursos hídricos em todo o Nordeste, como a transposição das águas do rio São Francisco. Flávio Torres (PDT-CE) lamentou que "a instituição não esteja recebendo a atenção merecida, nem sendo dotada dos recursos de que precisaria".

Participaram ainda da sessão o diretor-geral do Dnocs, Elias Fernandes Neto; o superintendente da Agência Nacional de Águas (ANA), Francisco Viana; o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima; os deputados José Airton Cirilo (PT-CE), Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) e Fernando Nascimento (PT-PE); os prefeitos de Crateús (CE), Carlos Felipe, e de São Paulo do Potengi (RN), José Azevedo Lopes; e outras autoridades.

Marisa Serrano assume Subcomissão da Água

A necessidade de definição de regras mais claras para a gestão dos rios brasileiros e transfronteiriços foi destacada por Marisa Serrano (PSDB-MS), eleita ontem presidente da Subcomissão Permanente da Água, ligada à Comissão de Meio Ambiente (CMA). Como vice-presidente da subcomissão foi eleito Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Marisa lembrou a falta de estudos e de legislação adequada para rios que atravessam estados brasileiros e países vizinhos. E lembrou que na última reunião do Parlamento do Mercosul foi discutida a necessidade de identificação das potencialidades do rio Paraguai (que cruza o Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai) e do tipo de riquezas que transporta, além da adoção de medidas para evitar o assoreamento de seu leito.

Já Flexa Ribeiro disse que "a água doce é e será cada vez mais um bem de valor incalculável", e destacou que na Amazônia estão 20% da reserva de água doce do mundo. O senador também destacou a importância da criação da subcomissão, que, segundo ele, permitirá atenção permanente para questões sobre a água.

CDH enviará dois representantes à COP-15

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou requerimento de José Nery (PSOL-PA) propondo a indicação de dois senadores para representar a comissão na 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15), que será realizada em dezembro em Copenhague, na Dinamarca.

Também foi aprovado requerimento para realização de audiência pública sobre proposta dos petroleiros para uso dos recursos da exploração do pré-sal. Paulo Paim (PT-RS) disse que deverão ser reunidos mil representantes dessa categoria no Auditório Petrônio Portela do Senado. Uma das ideias é destinar parte dos recursos para a Previdência Social.

Antes, a CDH homenageou Paim na solenidade de inauguração do retrato do senador na galeria de ex-presidentes da comissão, presidida por ele no biênio 2007/2008. Também ontem, a comissão realizou audiência para discutir políticas governamentais e ações da sociedade civil capazes de eliminar as diferenças no Brasil e promover a inclusão das minorias.

Mário Couto critica política ambientalista



Mário Couto diz que ações de Minc prejudicam a Amazônia

A política ambientalista do governo foi criticada por Mário Couto (PSDB-PA). De acordo com o senador, a região amazônica, especialmente o estado do Pará, estão sendo extremamente prejudicados pelas ações do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

Mário Couto disse que Minc errou ao reagir à divulgação do aumento do índice de desmatamento na Amazônia com o fechamento de madeiras. Segundo o senador, em Breves, na ilha de Marajó, a medida desempregou 11 mil pessoas e gerou miséria.

Crescimento da agricultura familiar no país

A agricultura familiar emprega 78,8% da mão de obra do campo e é responsável por 40% da produção agropecuária brasileira, destacou Marisa Serrano (PSDB-MS), citando o Censo Agropecuario de 2006, do IBGE. Segundo a senadora, os movimentos sociais contribuíram para que o setor alcançasse esses índices. Ela defendeu, no entanto, mais transparência no repasse de recursos a essas entidades. Marisa Serrano informou que há 4,5 milhões de estabelecimentos caracterizados como agricultura familiar no país, 87,95% do total.



Marisa afirma que movimentos sociais contribuíram para índices